

PROCESSO Nº: 150/2026

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026	Data de Abertura: 04/03/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador
---------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Unidade Contratante:	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, trabalho, renda e Direitos Humanos.
----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Objeto			
Contratação de empresa especializada para o fornecimento de botões de rosas envelopadas, compreendendo arranjos florais individuais composto por um botão de rosa natural, colhido em estágio de botão fechado ou semiaberto, não totalmente florido.			
Valor estimado			
Valor total (R\$): 31.980,00 (Trinta e um mil, novecentos e oitenta reais).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	Menor valor global
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Sim

Intervalo mínimo de diferença entre lances
R\$ 0,05 (cinco centavos) dos respectivos valores estimados

Agente de Contratação
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

Fundamento Legal
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br .
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

PROCESSO Nº: 150/2026

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de botões de rosas envelopadas, compreendendo arranjos florais individuais composto por um botão de rosa natural, colhido em estágio de botão fechado ou semiaberto, não totalmente florido, conforme especificações constantes no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as exigências contidas no presente Edital e seus anexos.

1.3 - Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.483/2025, o Município de Arraial do Cabo faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

1.4 - Cabe ressaltar que o valor esposto no art. 75, II da Lei 14.133/2021, fora atualizado pelo Decreto nº 12.807, de 29 de Dezembro de 2025, passando a ser **R\$ 65.492,11 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no LICITANET (<http://licitanet.com.br>).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

PROCESSO Nº: 150/2026

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. A presente Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do site: <http://licitanet.com.br>, observando-se ao número do processo e o número da dispensa.

3.2. Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **04/03/2026 até as 09:59 hrs.**

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

PROCESSO Nº: 150/2026

3.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.3.3 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 - O intervalo mínimo entre os lances será de R\$ 0,05 (cinco centavos).

PROCESSO Nº: 150/2026

3.9.3 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 - Valor unitário e total do item/lote ou desconto percentual, conforme o caso.

4.2.2 - Quantidade.

4.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 - Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 - Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 - O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4.10.1 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

PROCESSO Nº: 150/2026

4.11 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. FASE DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), sendo eles:

5.2 - Habilitação Jurídica e Fiscal

5.2.1 - a) registro comercial, para empresa individual;

b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.2 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

5.2.3 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto docertame.

5.2.4 - Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativas com as Fazendas - Federal, Estadual (Dívida ativa estadual, e débitos tributários não inscritos), Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.

5.2.5 - Certidão de regularidade de débito junto ao Sistema de Seguridade Social (INSS).

5.2.6 - Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.2.7 - Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho.

5.2.8 - Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

5.2.9 - Demais Documentos de Habilitação

5.2.9.1- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Estado onde tiver sede o particular;

5.2.10 - Prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;

5.2.11 - Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento e ao cumprimento do disposto do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **sendo tácita quando omitida.**

5.2.15 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2

PROCESSO Nº: 150/2026

(dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da lei nº 11.101 de 09 de Fevereiro de 2005 sob pena de inabilitação.

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

7. DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DO RECURSO

8.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

8.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

8.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8.6 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):
a - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);

b- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);

c- Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);

d- Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

8.7 - Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou

PROCESSO Nº: 150/2026

inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II- A apreciação dar-se-á em fase única;

8.8 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

8.9 - Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

8.10 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

8.11 - Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

8.12 - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.13 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

8.14 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.15 - A petição de impugnação/recurso apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador. No caso de impugnação deve vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

8.16 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

9.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

9.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.4 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

PROCESSO Nº: 150/2026

- 9.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 9.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 9.7 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 9.8 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.
- 9.9 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO V – VALORES ENCONTRADOS EM PESQUISA DE PREÇOS

Arraial do Cabo, 27 de Fevereiro de 2026.

DIOGO DOS SANTOS DE MORAES
Secretário Municipal de Compras e Licitações

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Botões de Rosas Envelopadas, compreendendo arranjos florais individuais compostos por botão de rosa natural, colhido em estágio de botão fechado ou semiaberto, não totalmente florido, de forma a garantir maior durabilidade, melhor apresentação estética e condições adequadas de uso na data do evento.

1.2. Os insumos são classificados como bens comuns, conforme Art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

1.3. A execução do objeto ocorrerá de forma integral e imediata, sendo plenamente possível o seu controle e fiscalização por meio do recebimento definitivo, não havendo necessidade de acompanhamento contratual prolongado ou gestão contratual continuada.

1.4. A contratação será realizada com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

1.5. Quadro resumo de detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD.
01	Arranjo floral individual composto por botão de rosa natural, colhido em estágio de botão fechado ou semiaberto (não totalmente florido), com caule limpo e aparado, medindo entre 30 a 40 cm de comprimento. A rosa deverá ser de qualidade de floricultura fina, sem danos, manchas, pétalas escurecidas ou sinais de oxidação. Cada botão deverá ser envelopado individualmente, com embalagem tipo celofane transparente, de gramatura mínima de 35 micras, com acabamento em laço de fita de cetim ou rafia decorativa; Hidratação preservada: A apresentação deve ser simétrica, limpa e elegante, com acabamento visual refinado, adequada para solenidades oficiais, homenagens ou recepção de autoridades. Especificações mínimas obrigatórias: Rosa do tipo híbrida de floricultura (rosa colombiana ou nacional de padrão equivalente); Diâmetro do botão: entre 3 a 5 cm; Cor: vermelha; Embalagem firme, sem excesso de cola ou fitilhos que comprometam a estética; Flores devem ser entregues frescas, hidratadas e livres de pragas ou sinais de envelhecimento. A entrega será programada em prazo compatível com a natureza perecível do objeto; A contratada deverá substituir qualquer unidade que não atenda às	UND	2.000

PROCESSO Nº: 150/2026

	exigências de frescor e apresentação no momento do recebimento. A contratante poderá solicitar amostra ou foto do modelo de botão antes da entrega para validação estética;		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

1.6. A presente contratação enquadra-se no disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual estabelece que é “dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.”

1.7. Em atendimento às diretrizes do Decreto Municipal 4.483/2025, registra-se que foi encaminhado ofício às demais secretarias municipais com vistas à verificação de interesse na participação do processo administrativo destinado à aquisição de botões de rosas para as ações alusivas ao Dia Internacional da Mulher. Todavia, as secretarias que se manifestaram formalmente apresentaram resposta negativa quanto à participação, informando não haver demanda ou interesse institucional no objeto proposto, razão pela qual a contratação permanece restrita à necessidade específica da unidade demandante.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme estabelecido na alínea b" do inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21, a fundamentação da contratação, seus valores e quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos, respectivamente, "descrição da necessidade da contratação", "estimativa do valor da contratação" e "estimativa das quantidades a serem contratadas" do Estudo Técnico Preliminar, parte do planejamento da contratação do objeto ao que trata o item 1.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução definida para atendimento integral da demanda consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de Botões de Rosas Envelopadas, compreendendo arranjos florais individuais compostos por botão de rosa natural, colhido em estágio de botão fechado ou semiaberto, não totalmente florido, de forma a garantir maior durabilidade, melhor apresentação estética e condições adequadas de uso na data do evento.

3.1.1. Em razão das características perecíveis do objeto, que demandam cuidados específicos de manuseio, acondicionamento, transporte e conservação, caberá à empresa contratada assegurar que os botões sejam submetidos a tratamento adequado pós-colheita, incluindo controle de umidade, temperatura, ventilação e proteção contra danos mecânicos, de modo a preservar a integridade física, o frescor, a coloração e a estrutura da flor.

3.1.2. O fornecimento deverá contemplar embalagem individual apropriada, que possibilite a proteção do botão durante o transporte e manuseio, sem comprometer sua aparência, bem como evitar amassamentos, desidratação ou abertura precoce da flor.

3.1.3. Considerando que o objeto possui vida útil extremamente curta, bem como a necessidade de manutenção de condições controladas de conservação até o momento do uso, estabelece-se que a entrega dos botões será programada em prazo compatível com a natureza perecível do objeto. Tal medida visa assegurar que o material

PROCESSO Nº: 150/2026

chegue em condições ideais de utilização, reduzindo perdas por deterioração e garantindo a qualidade final do objeto entregue.

3.1.4. Registra-se que esta Secretaria não dispõe de estrutura adequada em seu almoxarifado, tais como câmaras frias, controle de temperatura e umidade, ou equipe técnica especializada, para o armazenamento de flores naturais, o que inviabiliza a estocagem prévia do material. Dessa forma, a responsabilidade pela conservação do objeto até o momento da entrega recairá integralmente sobre a empresa contratada.

3.1.5. Assim, a contratação de empresa especializada, com entrega programada em prazo compatível com a natureza perecível do objeto, configura-se como a solução tecnicamente mais adequada, operacionalmente eficiente e economicamente racional, garantindo o atendimento da necessidade administrativa com qualidade, segurança e observância às características específicas do bem a ser adquirido.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

4.1.1. Requisitos de Negócio da Solução.

4.1.1.1. A presente contratação tem por finalidade viabilizar ações de mobilização social, engajamento comunitário e difusão institucional voltadas à promoção, valorização e proteção dos direitos das mulheres no Município de Arraial do Cabo, no âmbito das atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Renda e Direitos Humanos, por intermédio da Diretoria de Direitos Humanos.

4.1.1.2. Considerando a relevância de políticas públicas específicas para o público feminino e a intensificação das iniciativas no mês de março, em razão das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a contratação busca ampliar o alcance das ações de sensibilização, fortalecer o diálogo com diferentes grupos de mulheres — inclusive aquelas em situação de vulnerabilidade — e estimular o protagonismo feminino.

4.1.1.3. Dessa forma, esta contratação consiste em assegurar meios adequados e eficazes para a divulgação das mensagens institucionais, o fortalecimento do vínculo entre o Poder Público e a sociedade civil e a ampliação da visibilidade das políticas municipais de igualdade de gênero, contribuindo para a efetividade das ações públicas e para o cumprimento do compromisso institucional com os direitos humanos.

4.1.2. Requisitos Legais da Solução:

4.1.2.1. A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

4.1.2.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

4.1.2.1.2. Decreto Municipal nº 4483/2025, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito interno desta municipalidade;

4.1.2.1.3. Decreto Municipal nº 4484/2025, que traz regras de tramite processual, no âmbito interno desta municipalidade;

4.1.2.1.4. Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;

4.1.2.1.5. Instrução Normativa CGM nº 16/2025, que regulamenta o trâmite processual aplicável às contratações diretas, compreendendo as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos dos artigos 72, 73, 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

PROCESSO Nº: 150/2026

4.1.2.1.6. Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;

4.1.2.1.7. Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

4.1.2.1.8. Decreto Federal 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para contratações de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.1.2.1.9. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.1.2.1.10. Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração os Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

4.1.2.1.11. Instrução Normativa SEGES/ME 81/2022, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;

4.1.2.1.12. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.1.2.1.13. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.1.2.1.14. Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;

4.1.3. Requisitos Gerais da Solução.

Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- Aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
- Aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- Compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
- Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da

PROCESSO Nº: 150/2026

Contratada;

- Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.
- Os itens deverão ser novos, sem nenhum tipo de uso, entregues devidamente identificados e em conformidade com o exigido no Edital e seus anexos, acondicionamento apropriado e demais itens complementares fornecidos pelo fabricante e em perfeitas condições para o uso.
- O Setor responsável pelo recebimento realizará as medidas necessárias à verificação da originalidade dos itens exigidos no Termo de Referência, observando as exigências técnicas descritas neste Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Considerando a natureza específica do objeto a ser contratado, consistente no fornecimento de bem com entrega única e imediata, sem execução continuada, sem parcelamento, sem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, garantias ou manutenção, e com adimplemento integral em uma única entrega, não se mostra necessária a formalização de instrumento contratual, nos termos da legislação vigente.

5.1.1. Nessa hipótese, aplica-se o disposto no art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece ser facultada à Administração a substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, tais como nota de empenho, autorização de compra ou instrumento equivalente, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e das quais não resultem obrigações futuras, independentemente do valor.

5.1.2. Dessa forma, a presente contratação será formalizada por meio de **Nota de Empenho**, a qual conterá todos os elementos essenciais da obrigação assumida, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e simplificação administrativa, sem prejuízo da adequada fiscalização do fornecimento pela Administração.

5.2. Prazo e Condições de Entrega.

5.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos itens, em consonância com as condições estipuladas neste Termo de Referência, como:

5.2.1.1. Os bens contratados deverão ser entregues de forma única, na **Segunda-Feira, 09 (nove) de março de 2026, no período das 07:00h às 09:00h**, assim como será discriminado na emissão da Ordem de Fornecimento, diretamente no órgão solicitante. O endereço onde atualmente se encontra a Secretaria de Desenvolvimento Social é **Rua Antônio Venceslau da Cunha, Nº 191, Bairro Macedônia**.

5.2.1.2. Os produtos requisitados deverão ser entregues acompanhados da documentação fiscal, devendo haver agendamento prévio junto ao Órgão Solicitante.

5.2.1.3. A Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo - RJ reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas na Lei Federal nº.14.133/2021.

5.2.1.4. Os bens deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas e acondicionadas.

PROCESSO Nº: 150/2026

5.2.1.5. As prorrogações para a entrega dos bens só serão aceitas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada e acatada de acordo com o Órgão;

5.2.1.6. A CONTRATADA deverá entregar os bens de acordo com o ofertado em sua proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas neste Termo de Referência;

5.2.1.7. Caso os bens estejam em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, serão automaticamente rejeitados, porém o prazo de entrega não será interrompido em decorrência do produto rejeitado, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente desse atraso;

5.2.1.8. O setor responsável pelo recebimento realizará as medidas necessárias à verificação das conformidades dos bens exigidos no Termo de Referência.

5.3. Obrigações da Contratante.

5.3.1. Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, bem como efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;

5.3.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e os termos de sua proposta, inclusive, se necessário, aplicando as penalidades cabíveis;

5.3.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.3.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.3.5. Zelar para que sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

5.3.6. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de representante especialmente designado.

5.3.7. Disponibilizar de pessoal para o recebimento do objeto no horário acordado.

5.3.8. Garantir a comunicação sempre que necessário entre o responsável designado e a Contratada para que haja compatibilidade de informações no decorrer de sua execução.

5.3.9. Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência;

5.3.10. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa nas dependências da Contratante para entrega do objeto deste Termo de Referência, desde que uniformizados e identificados com crachá;

5.3.11. Reservar local apropriado para o recebimento do objeto deste Termo de Referência;

5.4. Obrigações da Contratada.

5.4.1. Entregar os itens deste Termo de Referência na forma e prazo acima estabelecidos, mediante apresentação das Notas Fiscais devidamente preenchidas, constando detalhadamente as informações necessárias, conforme proposta da empresa contratada;

5.4.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de uso, em estrita observância às especificações deste Termo de Referência;

5.4.3. Assumir a responsabilidade por toda a logística de entrega;

PROCESSO Nº: 150/2026

5.4.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

5.4.5. Entregar o objeto nas condições pactuadas neste documento, garantindo a sua qualidade;

5.4.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do objeto, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

5.4.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública;

5.4.8. Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante na entrega do objeto;

5.4.9. Não permitir a utilização do trabalho do menor nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

5.4.10. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos valores e quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

5.4.12. Permitir o acompanhamento da entrega por parte dos agentes da administração;

5.4.13. Comunicar a fiscalização acerca de qualquer fato impeditivo que prejudique a entrega.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, como dispõe a Lei 14.133/2021.

6.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme legislação vigente da Lei 14.133/2021.

6.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.4. A fiscalização técnica do contrato avaliará a execução do objeto.

6.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de acordo com a Lei 14.133/2024.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

PROCESSO Nº: 150/2026

7.1. O pagamento deverá ser realizado após a emissão da nota fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei nº 14.133/2021.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.9.1. Após a perfeita entrega do objeto contratado, nas condições pactuadas, a CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, a Nota Fiscal acompanhada das seguintes certidões atualizadas:

- a) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa de débitos tributários estadual;
- c) Certidão negativa de débitos tributários municipal;
- d) Certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

7.9.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.9.3. A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal, em 02 (duas) vias, para liquidação e pagamento de acordo com os prazos e as datas estabelecidas no calendário de pagamentos do CONTRATANTE. O crédito será efetuado em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, conforme apresentação de suas Notas Fiscais devidamente atestadas e aceitas.

7.9.4. Para liquidação dos valores será ainda observado o que segue:

PROCESSO Nº: 150/2026

- a) O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se o objeto contratado não estiver sendo prestado de acordo com o proposto, aceito e contratado;
- b) Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento, em especial a não apresentação das certidões e demais documentos exigidos no contrato, pela apresentação de certidões vencidas ou que perderam a vigência e pela apresentação de documentação em desacordo com o que foi estabelecido, o pagamento somente será efetuado após decisão administrativa;
- c) O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar, as indenizações devidas pela CONTRATADA, em razão da inadimplência, nos termos do presente contrato;
- d) As notas fiscais / faturas, não aprovadas pelo CONTRATANTE serão devolvidas a CONTRATADA, para as correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento a partir da reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR;

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, através do critério de julgamento Menor Valor por Item, com base no seguinte fundamento: Considerando o valor estimado da contratação em **R\$ 31.933,33 (Trinta e um mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**, propõe-se a dispensa de licitação, por se tratar de uma aquisição de pequeno valor.

8.2. A contratação será formalizada com fornecedor previamente pesquisado e selecionado com base em levantamento de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a vantajosidade da proposta, a regularidade fiscal e a habilitação jurídica.

8.3. Conforme citado no tópico 1.3.: A execução do objeto ocorrerá de forma integral e imediata, sendo plenamente possível o seu controle e fiscalização por meio do recebimento definitivo, não havendo necessidade de acompanhamento contratual prolongado ou gestão contratual continuada.

8.4. Para fins de habilitação, os interessados deverão apresentar documentação que comprove sua regularidade jurídica, econômico-financeira, fiscal e trabalhista, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as seguintes exigências:

I. Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades empresárias, documento de eleição de seus administradores;
- b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Nos casos aplicáveis, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais;
- b) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual, observando-se, no caso de empresas domiciliadas no Estado do Rio de Janeiro, a Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, mediante apresentação das certidões emitidas pela SER/RJ e pela PGE/RJ;

PROCESSO Nº: 150/2026

- c) Certidão negativa de tributos referentes à Dívida Ativa Estadual;
- d) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Municipal, emitida pelo município do domicílio da empresa;
- e) Certidão de regularidade municipal, quando aplicável;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- g) Comprovante de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Certidões negativas de inidoneidade, impedimento e débitos trabalhistas, emitidas pelo CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e pelo CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas).

III. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

IV. Declarações Complementares

- a) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, conforme o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- b) Declaração referente à reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, conforme o art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

V. Cadastro

- a) Certificado de Registro Cadastral no SICAF, válido na data da sessão pública.
- b) Certidão Negativa de licitante inidôneo emitida TCU;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa da valoração apresentada a seguir, foi realizada por meio da consulta de preços, realizada em sítios comerciais eletrônicos, levando em consideração os preços unitários referenciais;

9.1.1. O resultado desta pesquisa foi alocado em forma de planilha, contendo os seguintes itens: descrição dos materiais, unidade de fornecimento, quantidade; fonte de pesquisa de preços, data-base, valores unitários e média dos valores unitários pesquisados.

9.2. A pesquisa realizada resultou na disposição de valores estimados dos itens, em 03 (três) Cotações, tal como segue demonstrado no **anexo II** do Estudo Técnico Preliminar. O valor total da contratação baseando na totalidade do valor médio entre os itens será de **R\$ 31.933,33 (Trinta e um mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Segue o quadro as dotações orçamentárias de cada setor requisitante:

PROCESSO Nº: 150/2026

FUNDO MUNICIPAL DE CIDADANIA		
CÓDIGO	FONTE	ELEMENTO DE DESPESA
19.001.001.04.122.0001.2005	1501	3.3.90.32.00.00

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

11.5.1. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.5.2. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.5.3. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.5.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.5.5. Deixar de apresentar amostra, se for o caso;

11.5.6. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

11.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.8. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

11.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.10. Fraudar a licitação e ato fraudulento na execução do contrato.

11.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.11.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.11.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.11.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.11.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.11.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.12. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.12.1. Advertência;

11.12.2. Multa;

11.12.3. Impedimento de licitar e contratar e;

PROCESSO Nº: 150/2026

11.12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.14. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.15. Para as infrações previstas nos itens 11.2, 11.5, 11.6 e 11.7, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.16. Para as infrações previstas nos itens 11.3, 11.4, 11.8, 11.9, 11.10 e 11.11, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.17. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.18. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.19. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.3, 11.4, 11.5, 11.5.1, 11.6, 11.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.20. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.9, 11.10, 11.11, 11.11.4, 11.11.5, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.21. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.8, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.22. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.23. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver

PROCESSO Nº: 150/2026

proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.24. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.25. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.26. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os objetos serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. Serão recusados os materiais que não atendam as especificações deste Termo de Referência;

12.3. O ato de recebimento dos produtos, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os produtos fornecidos serão submetidos à verificação;

12.4. Havendo qualquer irregularidade que impossibilite o recebimento definitivo, cabe a Contratante a substituição imediata dos produtos recusados;

12.5. Os produtos deverão ser acondicionados conforme as recomendações do fabricante, cabendo ao Contratado garantir a proteção durante transporte e estocagem.

12.6. Registra-se que esta Secretaria não dispõe de estrutura adequada em seu almoxarifado, tais como câmaras frias, controle de temperatura e umidade, ou equipe técnica especializada, para o armazenamento de flores naturais, o que inviabiliza a estocagem prévia do material. Dessa forma, a responsabilidade pela conservação do objeto até o momento da entrega recairá integralmente sobre a empresa contratada, conforme citado no item 3.1.4.;

12.7. Os materiais deverão ser embalados e armazenados em local adequado a fim de impedir a sua deterioração, até o momento de sua entrega.

13. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. A empresa a ser contratada deverá ter como um dos princípios fundamentais a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, garantindo, assim, mais transparência ao processo e evitando problemas jurídicos no futuro.

PROCESSO Nº: 150/2026

13.2. A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, pela CONTRATADA, obrigando-se ela a tratar os dados da CONTRATANTE que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade. (art. 7º, LGPD).

13.3. Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se a CONTRATADA a executar os seus trabalhos e tratar os dados da CONTRATANTE respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação. (Art. 6º, LGPD).

13.4. A CONTRATADA obriga-se a garantir a confidencialidade dos dados coletados da CONTRATANTE por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo. (art. 50, LGPD).

13.5. Eventuais dados coletados pela CONTRATADA serão arquivados por esta somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD).

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as especificações do Termo;

14.2. As despesas decorrentes da devolução correrão por conta exclusivas do fornecedor, sem custos adicionais à CONTRATANTE;

14.3. Qualquer erro de impressão em Nota Fiscal será de responsabilidade integral da CONTRATADA. A substituição deverá ocorrer sob pena em não ser validada nos termos da Lei Específica, e, conseqüentemente, não sendo pago a despesa, enquanto durar tal impedimento;

14.4. Os casos omissos neste Termo de Referência de menor complexidade, serão dirimidos entre as partes (CONTRATANTE e CONTRATADA) através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, desde que não resulte em prejuízos ao interesse público e à Administração; enquanto aos que resultarem de maior complexidade, serão conduzidos à apreciação com emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município e decisão do Ordenador de Despesa ou por ele determinado.

Arraial do Cabo/RJ, 27 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

Vinicius Costa da Silva

Assessor Administrativo e Planejamento II

Matrícula nº: 61.221

Aprovado por:

GESTOR (A)	ÓRGÃO	MATRÍCULA	ASSINATURA
Ramon Loureiro Plácido	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho,	62.662	

PROCESSO Nº: 150/2026

	Renda e Direitos Humanos.		
--	---------------------------	--	--

ANEXO II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.
- Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária.
- Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI.

1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual.
- Obs.: não se aplica no caso de contratação de serviço.**
- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;
- Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- Cópia da Cédula de identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

3 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da

PROCESSO Nº: 150/2026

pessoa jurídica.

b1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da lei nº 11.101 de 09 de Fevereiro de 2005 sob pena de inabilitação.

4. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo II – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021).
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021).
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021).
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021).
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- f) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br.
- g) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido.
- h) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- i) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

PROCESSO Nº: 150/2026

j) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

k) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

l) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Observação: No caso de indisponibilidade dos documentos poderão ser apresentadas as respectivas publicações no Diário Oficial competente.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br
7. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
8. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
10. Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e

PROCESSO Nº: 150/2026

acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

PROCESSO Nº: 150/2026

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2026

PROCESSO: 150/2026

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ CNPJ: _____

E-mail: _____

Item	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
ITEM 01	Descrição resumida do item	R\$	R\$

1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Dispensa Eletrônica nº ____/2026.

2) O prazo de validade desta proposta comercial é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, ____ de ____ de 2026

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



PROCESSO Nº: 150/2026

ANEXO V – VALORES ENCONTRADOS NA PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Arranjo floral individual composto por botão de rosa natural. (Conforme especificação do Termo de Referência)	2000	UND	R\$ 15,99	R\$ 31.980,00